

I ENCONTRO DE DIRIGENTES DA ÁREA JUDICIÁRIA DOS TRIBUNAIS*

NILSON VITAL NAVES

Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça

A busca de um Judiciário soberano, agente de uma justiça célere, acessível e efetiva, é a razão maior de hoje instalarmos o I Encontro de Dirigentes da Área Judiciária dos Tribunais, um projeto coordenado pela Secretaria Judiciária do Superior Tribunal de Justiça, em parceria com a Secretaria de Recursos Humanos, com o objetivo de reunir representantes do Judiciário nacional para um diálogo do qual resulte um plano de ações voltadas à uniformização de procedimentos administrativo-jurídicos.

Todos sabem que a Carta de 1988 motivou uma crescente demanda por justiça. Ao tempo da inauguração do texto constitucional, não nos demos conta da avalanche de processos que afluiriam aos tribunais e do entrave que isso representaria para a prestação jurisdicional. A verdade é que não iniciamos, à época, a remodelação de estruturas e de procedimentos, o que nos tem feito suportar o inconveniente estigma da morosidade.

A propósito, quando falo de remodelação de estruturas, refiro-me à tão sonhada e igualmente tardia reforma do Judiciário, a qual tramita no Congresso Nacional há mais de dez anos e é objeto constante de inovações protelatórias. Todavia a reestruturação do nosso Poder passa necessariamente pela reforma no plano interno, a saber, sua própria modernização mediante a adoção de medidas que, no mínimo, reduzam os obstáculos antepostos à efetiva tutela jurisdicional.

*Palavras proferidas na abertura do I Encontro de Dirigentes da Área Judiciária dos Tribunais, STJ, 5/12/03.

Para isso, entendo seja preciso associar diversidade a eficiência. Assim o digo porque a extensão do Brasil nos faz enfrentar as disparidades regionais e, no âmbito da Justiça, a independência dos tribunais. Sou defensor da idéia de que essa diversidade - e conseqüente independência - não deve implicar isolamento. Ao contrário, a separação geográfica deve nos impulsionar a querer falar a mesma linguagem na administração da justiça, o que significa racionalizar rotinas, método substancial para o alcance da celeridade da prestação jurisdicional - procedimento, ao que julgo, sinônimo perfeito de eficiência.

Não há dúvidas de que a conquista dessa uniformização exigirá de nós a responsabilidade de ousar, a coragem de abrir mão do formalismo exacerbado, a parceria na construção de nova mentalidade, a diligência para conferir instrumentalidade aos atos processuais, enfim, o compromisso de dar continuidade aos trabalhos que ora instalamos.

A conjugação desses fatores só nos fará responder, com presteza, aos anseios dos jurisdicionados. Mas vejam, nada grande como o empreendimento que estamos dispostos a iniciar, isto é, a padronização dos procedimentos, constrói-se de repente. Por isso deixo a todos os senhores um desafio: o de perseverar, porquanto é a perseverança que dá sentido a nossas ações e poder de realização a nossos sonhos. O diálogo que hoje será travado entre os representantes da área judiciária desta Corte, do Supremo Tribunal Federal, do Conselho da Justiça Federal, dos Regionais, dos Tribunais de Justiça e Tribunais de Alçada precisa ser mantido como um instrumento político para a concepção e implementação de ações conjuntas que façam correr a justiça e dêem efetividade ao processo.